

A ESPINHA DORSAL DA IGREJA

Lázara Divina Coelho¹

RESUMO

A Teologia é a espinha dorsal da Igreja. Se é verdade que a Igreja reflete e sistematiza seu entendimento sobre a Bíblia no contexto social em que vive, também é verdade que esse entendimento refletido e sistematizado sobre as Escrituras é que a norteia servindo de espinha dorsal para sua crença e, então, para sua prática. Isso é demonstrado através da exposição dos dois primeiros movimentos da Reforma do séc. XVI, o Luteranismo e o Calvinismo; essa realidade instrui a leitura da realidade da igreja brasileira.

Palavras-chave: Teologia; Igreja; Bíblia; Reforma Protestante; Luteranismo; Calvinismo.

ABSTRACT

The Theology is the Church's backbone. If it is true that the Church reflects and sistematize their understanding about Bible in the social context in which it lives, it is also true that this thoughtful and systematic understanding of the Scriptures is that guides serving as backbone for their belief and then so to the practice. This is established by revealing the first two actions of the century XVI's Reformation, the Lutheranism and Calvinism; this instructs the reading of reality of the Brazilian church.

Key-words: Theology; Church; Bible; Protestant Reformation; Lutheranism; Calvinism.

INTRODUÇÃO

A espinha dorsal da Igreja é a Teologia. Os novos movimentos protestantes que, ingenuamente, querem *começar do zero*,² desconhecem que uma comunidade não pode viver a fé cristã a partir do nada (trará conseqüências imprevisíveis e, portanto, perigosas!); que, ao longo dos séculos, homens e mulheres, vocacionados e comissionados por Deus, o serviram na igreja como teólogos em funções de mestres, pastores etc. (e não podem ser desconsiderados!) e que o próprio texto sagrado do Cristianismo, a Bíblia, é resultado de reflexão teológica de autores posteriores em autores anteriores sobre e na tradição de Moisés (e isso é a base confiável da hermenêutica!).

¹ A autora é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); é também especialista em Ciências da Religião pela Unievangélica e mestre em Teologia pelo Centro de Pós-graduação Andrew Jumper do Instituto Presbiteriano Mackenzie com concentração em Novo Testamento, pós-graduanda em Educação na modalidade EaD pela Faculdade Tecnológica SENAC-GO e integrante do grupo de pesquisa Educação e Teologia (GPET/FAIFA). Ensina nas áreas da Comunicação Social, Teologia e Educação nas Faculdades FAIFA (IEAD) e no Seminário Presbiteriano Brasil Central (SPBC/IPB). E-mail: lazaracoelho@gmail.com.

² Ver análise desse ideal na Conclusão, abaixo.

A *práxis eclesial*, em todas as suas dimensões (teológica, pastoral e missão), culturas (pluriculturalismo) e épocas (em todos os tempos da igreja), é o resultado natural da teologia de cada comunidade, quer se admita ou não.

Neste artigo serão apresentados os primeiros e principais desdobramentos teológicos da Reforma Protestante do séc. XVI como testemunho histórico dos reflexos da Teologia sobre a *práxis eclesial*. Nas próximas edições de *Vox Faifae*, serão refletidos os desenvolvimentos posteriores até que se alcance os dias atuais, com seus acertos e desacertos, ortodoxias e heterodoxias, oferecendo um pano de fundo teológico, para uma leitura da atualidade do evangelicalismo³ brasileiro.

A Reforma Protestante do século XVI eclodiu, oficialmente, em outubro de 1517, quando o monge agostiniano Martinho Lutero afixou as 95 *teses* na porta da Igreja do Castelo, na Abadia de Wittenberg, na Alemanha. Desde então o ato de protesto⁴ que parecia isolado da parte de um clérigo católico romano, firmou-se como o maior cisma sofrido pela Igreja cristã de todos os tempos; na verdade, um movimento predominantemente religioso e teológico (COSTA, 2004) com conotações políticas, sociais e econômicas (MATOS, 2008).

No campo religioso/teológico, o movimento sofreu ramificações variadas. Isso se deu devido a fatores diversos tais como as personalidades e ênfases teológicas de cada reformador, as peculiaridades culturais de cada povo e as realidades políticas de cada nação. Dentre as ramificações, duas ganharam proeminência nas páginas da história: o

³ Movimento teológico que enfatiza a *experiência de conversão* como ponto de partida da vida cristã, afirmando as crenças centrais do Cristianismo histórico. Nascido do fundamentalismo norte-americano, buscou associação com outros cristãos, pentecostais, conservadores, liberais etc. em fuga do rótulo *fundamentalista*, embora afirmando a princípio a inerrância das Escrituras. Chegou ao Brasil por meio das igrejas históricas. Nas últimas décadas, *evangélicos* passou a incluir pentecostais e neo-pentecostais, com predominância dos últimos. Para um entendimento do enorme abismo entre o evangelicalismo e o atual movimento evangélico brasileiro, basta examinar o resumo do antigo pensamento evangelical, pelo bispo Robson Cavalcanti (1998, s/p.): “O homem não é a criatura nobre que muitos pensam ser; ele é falível, e totalmente depravado. Por isso ele precisa de salvação, e a salvação só vem através de Cristo sozinho e depende da fé. A aceitação, pela fé, de que Cristo é Salvador é chamada de ‘conversão’, e esta conversão normalmente acontece de maneira súbita, que nunca mais será esquecida, como um tesouro, para o resto da vida. Mas a conversão não é o fim. Ela leva, naturalmente, a uma santificação e crescimento na graça. Estas, o crente encontra por meio da oração, do estudo diário da Bíblia, dos sermões e, por extensão, dos sacramentos.”

⁴ O termo *protestantismo* aplicado à Reforma surgiria alguns anos depois, na segunda *Dieta de Spira* (1529), quando cristãos, no mesmo espírito de Lutero, reafirmaram seu protesto em defesa da Bíblia e sua fiel pregação. Além de um simples protesto, “a palavra foi usada no sentido de testemunho positivo a respeito da supremacia da Escritura. A idéia de protestar é praticamente a mesma de confessar: ‘O protesto era, ao mesmo tempo, uma objeção, um apelo e uma afirmação’.” (COSTA, 2004, p. 73).

Luteranismo⁵ ou Teologia Luterana, com Martinho Lutero na Alemanha e o Calvinismo⁶ ou Teologia Reformada, com João Calvino na Suíça.⁷

1 OS ÍCONES DA REFORMA E SUAS TEOLOGIAS

Vários personagens foram ícones da Reforma do séc. XVI; dois deles serão distinguidos abaixo:

1.1 LUTERO

Martinho Lutero (1485-1546), o primeiro ícone da Reforma, não foi um teólogo sistemático. Sabe-se que seus princípios teológicos são deduzidos de seus escritos formais e informais, como suas *Conversas à mesa*;⁸ contudo, sua doutrina da justificação pela graça mediante a fé tem sido o suporte teológico do Protestantismo ao longo dos tempos; ele a considerava o cerne da Soteriologia (a doutrina da salvação) que, por sua vez, é o cerne da Teologia (a doutrina de Deus propriamente dita).⁹

Segundo Matos (2008, p. 143), Lutero “[...] foi um pensador dialético, ou seja, apreciava a natureza paradoxal da verdade, com suas tensões e polaridades. Uma das ênfases básicas da sua reflexão foi a ‘teologia da cruz’, que ele contrastou com a ‘teologia da glória’.”¹⁰ No entender do reformador, a *teologia da cruz* é a possibilidade de

⁵ O Luteranismo espalhou-se para o norte saindo da Alemanha para a Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia e países Bálticos tornando-se, com o tempo, a Igreja estatal desses países escandinavos (SCHMITT, 2003, p. 93-94).

⁶ O Calvinismo espalhou-se para o sul, leste e oeste, indo para a França, Países Baixos, Bélgica, Escócia, Hungria, Espanha e Itália (SCHMITT, 2003, p. 94).

⁷ Além do Calvinismo, outros ramos da Reforma floresceram na Suíça: em primeiro lugar, o Zwinglismo, movimento um pouco mais radical que a Reforma Luterana, que, liderado por Ulrich Zwinglio (1484-1531), foi suplantado pelo Calvinismo logo após a morte de seu líder; e o Anabatismo, movimento ainda mais radical liderado por devotos como Conrado Grebel (1498-1526) e Felix Manz (1498-1527), que sobrevive ainda hoje em movimentos mais brandos como os Menonitas (oriundos dos Países Baixos) e os Huteristas (oriundos da Áustria, Morávia e Polônia). (OLSON, 2001).

⁸ *Conversas à Mesa* (*Tischreden*, em alemão; *Table Talk*, em inglês) é a compilação de anotações feitas por alunos e colaboradores de Martinho Lutero durante encontros informais, como as refeições. A primeira edição das *Tischreden* foi publicada por Johann Aurifaber, em 1566, vinte anos após a morte de Lutero. A edição completa, porém, só foi publicada em 1836.

⁹ Trata-se do ato pelo qual Deus declara que uma pessoa tem um relacionamento correto consigo, o que faz de todo cristão um sacerdote de Deus, promovendo a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes (MATOS, 2008).

¹⁰ A *teologia da glória* (teologia natural) é a tentativa de explicar Deus pela razão humana prescindindo da fé e da graça; essa teologia, centralizada no ser humano, superestima sua capacidade natural e conduz à espiritualidade moralista da justiça segundo as obras. No entanto, a *teologia da cruz*, centralizada na pessoa e obra de Cristo, estima a cruz de Cristo e conduz ao discipulado marcado pelo sofrimento por Deus e pelo próximo. (MATOS, 2008).

explicar ou trazer conhecimento de Deus, sob a fé e a graça, mediante sua auto-revelação em Cristo presente nas páginas das Escrituras Sagradas.

Portanto, na teologia de Lutero, o conhecimento de Deus só é possível mediante sua auto-revelação pela Palavra; contudo, isso se dá pelo Espírito. A Palavra de Deus ou evangelho está presente para ser conhecida e ouvida por meio da Bíblia, que é inspirada, autoritativa, suficiente e clara. Segundo ele, a Bíblia “[...] é palavra e livro de Deus.” Em outras palavras, diz ele: “[...] as Escrituras Sagradas são Palavra de Deus revestida de palavras humanas, ‘enletradas’, assim como Cristo, a eterna Palavra de Deus é encarnado na roupagem de sua humanidade.” (LUTERO, 1997, s/p.). A inspiração de Deus registrada na Bíblia é a única fonte de conhecimento revelacional, pois ele usa as Escrituras para chamar, convencer e instruir os pecadores. Nas palavras de Matos, Lutero entendia que o Espírito Santo “[...] não ensina nada além do que a Bíblia ensina.” (MATOS, 2008, p. 145).

Assim, há um forte vínculo entre as Escrituras e o Espírito Santo. Esse, na verdade, autentica aquela: “A única comprovação da veracidade e autoridade das Escrituras é o testemunho do Espírito Santo por meio dela.” (MATOS, 2008, p. 145). Portanto, na Teologia de Lutero, o Espírito Santo não assume o papel de instrumento de revelação além da Palavra; ele lhe confere autoridade divina, inclusive na sua relação com a Igreja.

A autoridade das Escrituras está em sua natureza divina e, nessa condição, a Palavra de Deus tem papel central na constituição da verdadeira Igreja. Então, “Onde quer que ouvires ou veres essa palavra ser pregada, confessada, criada [sic] e praticada, não duvides de que a verdadeira *ecclesia sancta catholica*, um ‘povo cristão santo’ está lá, ainda que em número muito pequeno.” (LUTERO *apud* MCGRATH, 2007, p. 221). Logo, a pregação do evangelho é essencial para a identidade da igreja: “Onde a palavra está, há fé; e onde há fé, a verdadeira igreja está presente”, pois nenhuma assembleia humana pode dizer-se “igreja de Deus” a menos que esteja alicerçada nesse evangelho. Na visão de Lutero, o que legitima a igreja é sua ligação teológica com a igreja apostólica. McGrath (2007, p. 222) conclui que, para Lutero, “É mais importante pregar o mesmo evangelho que os apóstolos do que ser membro de uma mesma instituição que é historicamente proveniente deles”. Portanto, na Teologia de Lutero, a Igreja não reivindica

autoridade diante da Escritura; ela reconhece a autoridade da Escritura sobre si. Em outras palavras, a Escritura é que constitui a espinha dorsal da igreja, e não o contrário.

1.2 JOÃO CALVINO

João Calvino (1509-1564), o teólogo da Reforma, foi sistemático¹¹ e seu pensamento é claramente apreendido de sua obra magna, a *Instituição da religião cristã* ou *Institutas*;¹² quanto à sua teologia, é cristocêntrica. Isso significa que, no seu entender, a revelação de Deus se dá em Cristo e essa encarnação é o supremo exemplo de sua acomodação à capacidade humana, considerando que a humanidade precisa de um Mediador por ser criatura e também por ser pecadora.¹³

Quando trata do conhecimento de Deus e sua possibilidade, Calvino afirma que é duplo, como criador e como redentor. Segundo ele, Deus se revela ao homem por meio da criação e através do senso religioso que lhe é inato, pois todo ser humano é essencialmente religioso e tem, em si, a *semen religionis* (semente da religião); mas, como o pecado torna a revelação natural insuficiente para o correto conhecimento de Deus, ele desce ao nível humano e se adapta à capacidade humana, isto é, acomoda-se ao entendimento humano na encarnação e na Escritura (CALVINO, 2006, v. 1).

A Escritura é a Palavra de Deus inspirada, revelada em linguagem humana e confirmada ao crente pelo testemunho interno do Espírito Santo (há, portanto, coesão entre a Palavra e o Espírito);¹⁴ e esse testemunho é que leva o indouto a ser convencido

¹¹Alguns princípios gerais que direcionam a teologia de Calvino foram classificados por Matos (2008, p. 156-157): 1. Conteúdo bíblico – “rejeitou a teologia natural e especulativa, optando pelas Escrituras como o caminho mais seguro para o conhecimento de Deus.” 2. Abrangência – abordou todos os temas bíblicos e “um vasto conjunto de questões éticas, políticas, econômicas e sociais.” 3. Respeito pela herança cristã – dispôs-se a “aceitar todos os elementos proveitosos da tradição dogmática e exegética da igreja antiga. 4. Teocentrismo – sua teologia “concentrou-se no Deus trino em sua soberania, graça e glória.”

¹²A obra foi concluída em agosto de 1535, teve a sua primeira edição em março de 1536 (Basiléia), com 6 capítulos em apenas 520 páginas; sua última edição sofreu ampliações, revisões e reorganizações (em 1536, 1539, 1543, 1545, 1550, 1553, 1554 até atingir a forma definitiva de 1559, reimpressa duas vezes em 1561). Segundo o próprio Calvino, no Prefácio da Edição de 1559, ele só se satisfaz neste último arranjo e ordem.

¹³Essa carência do Mediador se dá porque, ainda que a *imago Dei* (imagem de Deus) no ser humano não tenha sido inteiramente apagada, está seriamente deformada. Isso significa que o pecado vai bem além dos atos: consiste em inclinação da própria natureza do homem em sua condição decaída e permeia toda a vida e personalidade humana. Por isso, o homem depende de um socorro externo, de iniciativa do próprio Deus, para alcançar a sua justificação: o Mediador entre Deus e o homem, que é Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem (cf. 1 Tm 2.5-6).

¹⁴Essa coesão contradiz os princípios do Catolicismo Romano de subordinar as Escrituras à Igreja e dos espiritualistas de concentrarem-se no Espírito em detrimento da palavra escrita (MATOS, 2008).

de que a Palavra (Escritura) vem diretamente de Deus e, assim, tem autoridade divina.¹⁵ (CALVINO, 2006, v. 1). Portanto, na Teologia de Calvino, o Espírito Santo também não assume o papel de instrumento de revelação além da Palavra; ele é instrumento de iluminação da Palavra.

Por outro lado, a Palavra não prescinde do Espírito na sua revelação de Deus, pois é ele que lhe confere autoridade. Ao tratar do ensino da Palavra, Calvino faz uso do Salmo 19¹⁶ para defender a revelação verbal mediante a perfeição da lei, a fidelidade do testemunho, a retidão dos preceitos e a pureza do mandamento do Senhor com todos os seus benefícios ao homem. E então conclui: “A doutrina ministrada pelas obras criadas por Deus [v. 1, 2] é universal, dirige-se a todos, ao passo que a instrução dada pela Palavra [v. 7, 8] é a escola particular dos filhos de Deus.” (CALVINO, 2006, v. 1, p. 70). Porém, os que se matriculam nessa escola só podem ouvir essa palavra “como se estivessem ouvindo o próprio Deus”, se houver garantia de que ela tem mesmo essa autoridade para lhes falar, já que não existe outra comunicação divina pela qual ele fale autoritativamente; e essa garantia só pode ser estabelecida com base no testemunho do Espírito Santo, quando ele sela a Palavra no coração humano, iluminando-o. Nesse sentido, essa garantia de autoridade divina está na autonomia da Palavra em relação à igreja.

Em outras palavras, a Escritura é que constitui a espinha dorsal da igreja, e não o contrário. Antes de argumentar com a palavra do apóstolo Paulo, Calvino denuncia os males de uma igreja que não se fundamenta na doutrina dos apóstolos e profetas, afirmando que seus líderes são blasfemos e pretendem “[...] estabelecer uma tirania sem freios e sem limites com aparência de igreja, [e] não se importam com os absurdos em que eles e os outros se envolvem, desde que consigam que as pessoas simples reconheçam que a igreja pode fazer tudo o que quiser.” (CALVINO, 2006, v. 1, p. 71).

Desta forma, com base no argumento do apóstolo Paulo em Efésios 2.20, afirma que a igreja está baseada no “fundamento dos apóstolos e profetas”, isto é, a doutrina dos apóstolos e profetas é o fundamento da igreja e sua aceitação é anterior à igreja, pois

¹⁵ Isso fica claro na pregação de Paulo aos coríntios “[...] em demonstração do Espírito e de poder” e não “em linguagem persuasiva de sabedoria”; por isso, a fé daqueles cristãos não se apoiava “em sabedoria humana e sim no poder de Deus” (1 Co 2.4-5).

¹⁶ Primeiramente, porém, reconhece a revelação natural de Deus mediante a proclamação feita pelos céus, o anúncio de suas obras feito pelo firmamento e a manifestação de sua majestade feita pela sucessão bem ordenada do dia e da noite (Sl 19.1, 2).

sem ela nem existiria igreja. De forma que a autenticidade da Palavra de Deus está nela mesma como oriunda de Deus e só é legítima a interpretação que lhe seja fiel. Isso significa que a Teologia nasce da Palavra de Deus, não de seus líderes em quaisquer níveis de autoridade que, porventura, estejam investidos ou de suas comunidades; a autenticidade da Palavra de Deus independe da igreja! Portanto, na Teologia de Calvino, a Igreja não reivindica autonomia diante da Escritura; ela reconhece a autonomia da Escritura em relação a si bem como sua precedência e autoridade sobre si.

2 OS MOVIMENTOS DA REFORMA

Os ícones e suas teologias, acima, deram origem ao que a Teologia Histórica convencionou chamar Luteranismo e Calvinismo.

2.1 LUTERANISMO OU TEOLOGIA LUTERANA

Quanto ao Luteranismo, movimento derivado na Reforma Luterana, é afirmado como um “Conjunto de idéias associadas a Martinho Lutero, sobretudo aquelas que se encontram registradas no Catecismo Menor (1529) e na Confissão de Augsburg (1530)” (MCGRATH, 2005, p. 655). Elas podem ser resumidas nos seguintes pontos: a justificação pela fé, a consubstanciação, a predestinação, a salvação pela graça e as Escrituras como autoridade única. O último ponto significa, no pensamento luterano, que a suprema autoridade da Igreja é a Palavra de Deus; essa Palavra, meio pelo qual Deus se revela, é a única fonte realmente confiável e o Espírito Santo ensina através dela. (MATOS, 2008).

2.2 CALVINISMO OU TEOLOGIA REFORMADA

Quanto ao Calvinismo, movimento advindo da Teologia calvinista, envolve aspectos doutrinários, forma de governo eclesiástico, padrões litúrgicos e um modo específico de encarar questões políticas, econômicas e sociais. As doutrinas reformadas podem ser resumidas em duas grandes áreas doutrinárias: a Soteriologia, que tem como base os conhecidos 5 pontos do Calvinismo, quais sejam, a depravação total, a eleição incondicional, a expiação limitada, a graça irresistível e a perseverança dos santos (HANKO; HOEKSEMA; VAN BAREN, 2010); e a bibliologia, que tem como fundamento as Escrituras como regra de fé e prática, pelas quais se chegaria ao conhecimento da

verdade. Nessa área, o Calvinismo defende a precedência das Escrituras sobre a Igreja e sua dependência da iluminação interior do Espírito Santo trazendo iluminação ao coração dos crentes. (MATOS, 2008).

Pode-se concluir, ampliando um pouco mais a discussão em torno da relação dos primeiros reformadores com a Bíblia, por meio das seguintes afirmações: (a) rejeitaram e combateram o conceito de sua submissão à hierarquia da igreja; (b) insistiram em sua posição como última instância (árbitro final) em todas as questões religiosas do Cristianismo, interpretando-se a si mesma através de suas partes; (c) submeteram sua interpretação a metodologias ortodoxas com submissão do intérprete à iluminação do Espírito Santo; (d) colocaram-na em posição de centralidade no pensamento e na prática dos seguidores da Reforma. Porém, antes de tudo, haviam defendido sua inspiração verbal e plenária, certeza e veracidade, restaurando sua autoridade como Palavra da parte de Deus ao homem de todos os tempos e culturas.

Uma ampliação da discussão até os estudiosos atuais, leva à afirmação de que essa Palavra da parte de Deus ao homem de todos os tempos e culturas, foi também reconhecida como um livro divino-humano. Sua natureza divina está em sua origem, o Espírito de Deus, que é seu autor primário; essa realidade confere à sua mensagem uma natureza espiritual e exige que seu intérprete, para acessá-la compreendendo-a e expondo-a corretamente, tenha o Espírito de Deus; a necessidade se dá devido a um fenômeno convencionalmente chamado de *distanciamento*, que qualifica as relações entre o autor divino e o receptor humano. No caso da natureza divina das Escrituras, Lopes (2004), aponta os seguintes *distanciamentos*: natural, espiritual e moral. Isso significa que a terceira pessoa da Trindade é indispensável no processo de interpretação da mensagem da Bíblia, fato reconhecido e defendido pelos reformadores. Segundo Lutero e Calvino, é impossível interpretar corretamente as Escrituras sem a ação iluminadora do Espírito através da própria Palavra.

Na qualidade de um livro humano, a interpretação da Bíblia também faz exigências. Sua origem é divina, o que lhe garante a autoridade de Deus e exige a ação iluminadora do Espírito Santo em sua interpretação; mas sua recepção é humana, ainda que submetida à atividade divina, e isso lhe garante o acesso dos homens em sua própria linguagem etc. e exige deles um certo esforço pois as limitações humanas em busca do sentido são notórias. Tais limitações ou dificuldades devem-se ao mesmo

fenômeno, o *distanciamento*, que aparece em áreas como o tempo, o contexto, a cultura, a língua, e a autoria (LOPES, 2008).

Enfim, como Palavra inspirada por Deus (origem divina) a homens e mulheres (destino humano) que se organizam no corpo de Cristo (igrejas), sua divindade e humanidade devem ser mantidas em perfeito equilíbrio em sua interpretação. O teólogo, em quaisquer de suas funções eclesiais, não pode prescindir de nenhuma das naturezas da Bíblia em seu uso das Escrituras Sagradas. Contudo...

3 ALGUNS ANOS DEPOIS...

... a Reforma Protestante, o movimento marcado por uma séria ortodoxia e altos ideais cristãos, degenerou-se no chamado *escolasticismo protestante* (ortodoxia protestante), com sua ênfase na razão. Essa ortodoxia consistiu na sistematização das doutrinas da Reforma e caracterizou-se “por uma preocupação profunda e sistemática pelo rigor doutrinário, elaborando com riqueza de detalhes os posicionamentos teológicos da igreja, conforme a compreensão da amplitude da revelação bíblica.”¹⁷ (COSTA, 2004, p. 235).

As origens desse escolasticismo remontam ao reformador Filipe Melanchthon (1497-1560). Professor na Universidade de Wittenberg, conhecedor das línguas originais da Bíblia, filósofo etc., seu pensamento revelou influência crescente do Humanismo e da tradição reformada;¹⁸ consta que, após a morte de Lutero, abandonou a ortodoxia dos outros reformadores e colocou seu profundo conhecimento do pensamento aristotélico a serviço da Escritura alegando que a sábia filosofia aristotélica¹⁹ era um imprescindível instrumento para a teologia. Para ele, “A filosofia não é necessária somente pelo método; o teólogo também pode tomar emprestado dela grande parte da física.” (*Apud* PELIKAN, 1963 *apud* MONDIN, 1979, p. 6).

Assim, os teólogos protestantes foram abandonando o método exegético e recorrendo à filosofia de Aristóteles que, diga-se de passagem, era a ferramenta usada

¹⁷ A escolástica luterana surgiu a partir do Livro da Concórdia (1580), contendo os símbolos aceitos pela Igreja Luterana; e a Reformada ou Calvinista, a partir dos escritos de Teodoro de Beza (1519-1605) e H. Zanchi (1516-1590). (COSTA, 2004).

¹⁸ Foi o grande sistematizador inicial da teologia luterana, publicando *Loci communes* (1521); e o autor da conciliadora *Confissão de Augsburgo* (1530).

¹⁹ Segundo sustentou Melanchthon, os erros presentes em Aristóteles haviam sido causados por editores e comentadores. (MONDIN, 1979).

por seus adversários, os teólogos romanos com quem polemizavam. Esse uso de uma mesma base filosófica aproximou a teologia protestante da católica, tornando-as muito semelhantes na forma e, inclusive, no conteúdo; nas palavras do teólogo católico Battista Mondin (1979, p. 7),

os teólogos do século XVII reconhecem a aptidão da razão a conhecer Deus e receber a Revelação, defendem a necessidade da teologia natural (provas da existência de Deus, conhecimento analógico da natureza divina e dos atributos de Deus, possibilidade da Revelação etc.) e aplicam o princípio da causalidade para explicar muitos dados revelados.

Essa posição tomou literalmente a teologia protestante do séc. XVII, que ficou conhecida por escolástica.²⁰ Em resumo, o historiador protestante Alderi de Souza Matos (2008, p. 175) confirma que os seguidores imediatos dos primeiros reformadores “utilizaram a filosofia e a lógica para articular sistemas altamente complexos de teologia.” Para ele, essa articulação era “[...] uma teologia acadêmica caracterizada pela detalhada classificação dos temas, definições precisas, deduções lógicas e especulação metafísica, bem como pela tentativa de eliminar o elemento de mistério, incerteza e ambigüidade.” (MATOS, 2008, p. 175)

Enfim, Matos (2008) lista as principais características da ortodoxia protestante: ênfase na razão para o estudo e defesa da teologia cristã, teologia vista como sistema logicamente coerente e racionalmente sustentável, valorização da filosofia aristotélica, especialmente quanto ao método, e interesse por questões metafísicas e especulativas. E Costa (2004) aponta suas contribuições: o elemento fundamental para a sobrevivência e triunfo teológico da Reforma; a teologia sistematizada, da qual o Protestantismo atual é herdeiro de modo direto ou indireto; os clássicos da Teologia Sistemática como Charles e A. A. Hodge, Strong, Shedd, Berkhof, Barth, Brunner e Tillich. Acrescente-se a essa listagem, a tradição acadêmica nesse campo do conhecimento.

O próprio Paul Tillich (1986, p. 36), embora não um ortodoxo no sentido estrito da palavra, enfatiza sua importância:

A ortodoxia protestante era construtiva [...] os teólogos ortodoxos trabalharam objetiva e construtivamente, procurando apresentar a doutrina pura e completa de Deus, do homem e do mundo [...]. Os teólogos ortodoxos não eram leigos em teologia, ignorantes do que queriam dizer os conceitos que empregavam na interpretação bíblica. [...] O fato de permanecerem na tradição dos reformadores não os

²⁰ Entende-se *escolástica* como a integração da teologia cristã com a filosofia aristotélica.

impediu de conhecer profundamente a teologia escolástica, de discuti-la e refutá-la, e até mesmo de aceitá-la quando era o caso. Tudo isso faz da ortodoxia clássica um dos grandes eventos da história do pensamento cristão.

Enfim, aquela foi uma época em que os teólogos levaram a sério, em todos os sentidos e com todas as armas possíveis, a questão da verdade. E Godfrey (*apud* COSTA, 2004, p. 238) conclui que o *escolasticismo protestante* “não pode ser caracterizado como um exercício acadêmico, árido e irrelevante, em conflito com a vida e a piedade da Igreja.”

Contudo, houve conseqüências negativas no dia-a-dia da Igreja. No Protestantismo, de maneira geral, a Bíblia foi colocada a serviço da ortodoxia e, como diz Ladd (1985, p. 14), “[...] considerada não somente como um livro isento de erros e contradições, mas também como sem desenvolvimento ou progresso”; outra conseqüência, apontada por Mackintosh (*apud* COSTA, 2004, p. 237), foi a disposição de ânimo intelectual trouxe, como resultado, “[...] o estancamento teológico, especialmente nos campos da exegese bíblica e da história eclesiástica.” Costa confirma (2004, p. 237):

Certamente a ênfase acentuada e por vezes isolada na teologia trouxe algumas anomalias que geraram uma atitude perniciosa, que consiste em separar a doutrina da piedade individual ou, em confundir a fé em Cristo com o mero assentimento intelectual a determinadas doutrinas tidas como fundamentais à fé Cristã.

No dizer de Niebuhr (*apud* COSTA, 2004), isso significa que o *escolasticismo* era uma teologia “estéril”, na qual a experiência da justificação pela fé degenerou-se em “justiça sem crença”. Matos (2008, p. 178) afirma, por exemplo, que nas fileiras do Luteranismo, o estímulo ao intelectualismo e ao formalismo

foram prejudiciais para a fé, produzindo frieza espiritual, moral e teológica. O Cristianismo verdadeiro era equiparado à correção doutrinária e sacramental. A ênfase principal não era colocada na espiritualidade interior, mas em elementos externos como a liturgia, os sacramentos e as confissões luteranas.

Vingava uma espécie de “teologia” que ficou conhecida como “ortodoxia morta”. Matos (2008) cita dois exemplos para esclarecer a afirmação: a crença na regeneração batismal, isto é, na idéia de que o batismo produz, automaticamente, a salvação; e o desprezo pela importância da santidade pessoal, ocorrência que se deu na medida em que aumentava a ênfase na justificação forense ou externa de Lutero.

Essa reconhecida excessiva ortodoxia nos dois grandes ramos do Protestantismo inicial trouxe à existência movimentos reacionários em dois âmbitos: no da Teologia (isto é, na área do conhecimento), o Arminianismo e no âmbito da espiritualidade (isto é, na área da qualidade), o Puritanismo (reação ao enrijecimento do Calvinismo) e o Pietismo (reação à excessiva ortodoxia do Luteranismo).

CONCLUSÃO

A revisão histórica já delineada do Protestantismo nos seus primeiros movimentos procurou demonstrar que a Teologia é a espinha dorsal da Igreja. A igreja, em toda a sua história teve sua existência embasada na Teologia que lhe ofereceu a crença e, por conseqüência, a prática diária. Assim, é a Teologia, como reflexo sobre Deus com base em sua Palavra, que determina se a Igreja permanece fiel ou não. Parafraseando Lutero, a Teologia é a síntese da fé pela qual a Igreja permanece de pé ou cai.²¹

De fato, sempre que a Teologia afastou-se de seu compromisso de lealdade à sua fonte primária que é a Palavra de Deus, a igreja vergou sob o peso da infidelidade ao seu Deus. Portanto, cabe aqui apontar, a título de protesto, para três situações e conseqüências delineadas acima:

(1) O ideal de novos movimentos evangélicos de *começar do zero*, renegando o passado da igreja, isto é, sua teologia, está apontando para resultados que, no momento, já revelam uma crença *a-teológica*. *Começar do zero* foi o ideal de René Descartes ao inverter a ordem dos objetos; até ele, os filósofos e teólogos tinham interesse primário por tudo o que diz respeito a Deus e à natureza por ele criada, e o homem, obra prima dessa criação, vinha depois. Porém, a inversão levou às reflexões a partir do homem em quase detrimento do próprio Deus e demais elementos; então começou-se a afirmar que o homem deveria confiar tão somente no poder da razão para conhecer a verdade. Isso significou uma queda da perspectiva filosófica tradicional cuja tendência era beber em verdades transmitidas tradicionalmente por gerações anteriores, e a inauguração de uma nova perspectiva filosófica; e mais, o *partir do zero* nessa nova perspectiva filosófica significou a exclusão da própria Bíblia como elemento da revelação de Deus, pois a única

²¹ *Articulus Stantis et cadentis Ecclesiae*, “o artigo segundo o qual a Igreja permanece ou cai”, referindo-se à doutrina da justificação pela fé.

certeza que o homem devia ter era aquela da própria máxima filosófica de Descartes: “Penso, logo existo” (*Cogito, ergo sum*) (1978).

No momento, o *começar do zero* de certos movimentos evangélicos no Brasil está significando a exclusão da Bíblia como única fonte de conhecimento de Deus, pois as práticas eclesiais (em suas dimensões teológica, pastoral e de missão) estão partindo dos líderes desses movimentos devidamente legitimados por seus seguidores; e as comunidades daí decorrentes já podem ser catalogadas como *a-teológicas*.

(2) O espírito de submissão de novos movimentos evangélicos ao desconstrutivismo eclesial está levando ao renegar do passado da igreja, isto é, de seu espírito protestante e apontando para resultados que já estão revelando uma igreja *a-cristã*. O termo *protestantismo*, aplicado à Reforma, surgiria logo depois, na segunda *Dieta de Spira* (1529), quando cristãos, no mesmo espírito de Lutero, reafirmaram seu protesto em defesa da Bíblia e sua fiel pregação. Além de um simples protesto, “[...] a palavra foi usada no sentido de testemunho positivo a respeito da supremacia da Escritura. A idéia de protestar é praticamente a mesma de confessar: ‘O protesto era, ao mesmo tempo, uma objeção, um apelo e uma afirmação’.” (COSTA, 2004, p. 73).

No momento, a *negação do protesto* (como objeção, apelo e afirmação em relação à Bíblia) por parte de certos novos movimentos evangélicos está significando a submissão de seus fiéis à cristandade, no sentido de fusão do Cristianismo com a cultura secular, em detrimento do Cristianismo; na cristandade, o texto sagrado não é mais a Palavra vinda da parte de Deus, mas uma palavra da parte do homem que se apresenta como da parte de Deus, o que significa uma outra bíblia, um outro mensageiro, uma outra igreja, uma igreja *a-cristã*.

(3) A supervalorização do homem que adere à igreja e sua auto-aceitação em seu *status inconverso*, renegando a necessidade de um novo nascimento e uma mudança radical de vida, apontam para resultados que estão revelando um crente *a-cristão*. Para o entendimento do enorme abismo entre o evangélico (evangelicalismo ortodoxo) que chegava à igreja pela porta que é Jesus e o evangélico (evangelicalismo secularizado) que, necessariamente não precisa mais entrar por essa porta, basta compará-los sob duas descrições: o evangélico atual, claramente qualificado por meio de sua presença em todas as áreas da sociedade brasileira e o evangélico ortodoxo, também adjetivado

mediante resumo feito pelo bispo Robson Cavalcanti quando sintetizou o pensamento evangelical na *Revista Ultimato*, há poucos anos:

O homem não é a criatura nobre que muitos pensam ser; ele é falível, e totalmente depravado. Por isso ele precisa de salvação, e a salvação só vem através de Cristo sozinho e depende da fé. A aceitação, pela fé, de que Cristo é Salvador é chamada de 'conversão', e esta conversão normalmente acontece de maneira súbita, que nunca mais será esquecida, como um tesouro, para o resto da vida. Mas a conversão não é o fim. Ela leva, naturalmente, a uma santificação e crescimento na graça. Estas, o crente encontra por meio da oração, do estudo diário da Bíblia, dos sermões e, por extensão, dos sacramentos. (CAVALCANTI, 1988, s/d.)

Ora, a *negação da conversão bíblica* e da necessidade do *crescimento no conhecimento e na graça* na prática atual, é o lógico resultado de uma pregação que não é mais bíblica porque não é mais embasada em uma interpretação sadia de autores do Novo Testamento refletindo autores do Antigo Testamento sobre a pessoa e obra do Senhor Jesus Cristo. Essa teologia foi deixada de lado em favor de interpretações pessoais, sem o crivo de uma hermenêutica bíblica submetida ao Espírito Santo; é nascida do subjetivismo hermenêutico de pretensos intérpretes cuja principal fonte de conhecimento são, meramente, pontos-de-vista pessoais. Esse novo entendimento da revelação divina está fazendo surgir um novo evangélico cuja natureza não é, nem de longe, a de um seguidor de Jesus Cristo; é, na verdade, um crente *a-cristão*.

Finalmente, os reformadores do séc. XVI não apenas tomaram conhecimento da existência de problemas na igreja. Eles identificaram os problemas e suas causas: a Igreja de seu tempo estava corrompida e sua doutrina se encontrava distorcida, e isso em decorrência, por um lado, do afastamento das Escrituras e, de outro, dos acréscimos humanos que se lhe faziam. E eles, prontamente, denunciaram os desvios teológicos que haviam levado aos desvios eclesiásticos.

Hoje, a denúncia deve ser contínua e cada vez mais insistente e em tom de igual protesto: a Igreja está se afastando das Escrituras, deixando-a de lado em função de outras fontes de revelação, fazendo-lhe acréscimos humanos, e assumindo posições próprias sem a anuência da Palavra da parte de Deus, as Escrituras Sagradas. Infelizmente, essa é a teologia que tem sido a espinha dorsal em parte da igreja brasileira nessa primeira década do séc. XXI.

Portanto, permanece atualíssima a célebre máxima cunhada na Reforma do séc. XVI, ou melhor, uma das versões daquela frase: *Ecclesia reformata sed semper reformanda*, isto é, “A igreja é reformada, mas está sempre se reformando [ou carecendo de reforma]”.

REFERÊNCIAS

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*: edição especial com notas para estudo e pesquisa. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. 4 vols.

CAVALCANTI, Robson. As origens do evangelicalismo. *Revista Ultimato*, n. 253 – jul-ago 1998. Disponível em: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/253/as-origens-do-evangelicalismo>.

DESCARTES, René. *Princípios da Filosofia*. 3ª. Ed. Lisboa: Guimarães Editora, 1978.

HANKO, Herman; HOEKSEMA, Homer; VAN BAREN, G. *Os cinco pontos do Calvinismo*. São Paulo: Monergismo, 2010.

LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

LOPES, Augustus Nicodemus. *A Bíblia e seus intérpretes*: uma breve história da interpretação. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

LUTERO, Martin. *The Table Talk*. Translated by William Hazlitt. Philadelphia: The Lutheran Publication, 1997. Disponível em: http://www.reformed.org/documents/Table_talk/table_talk.html

MCGRATH, Alister E. *Teologia Histórica*: uma introdução à história do pensamento cristão. São Paulo: CEP, 2007.

_____. *Teologia Sistemática, História e Filosófica*: uma introdução à Teologia cristã. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MATOS, Alderi Souza de. *Fundamentos da Teologia Histórica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do século vinte*: os teólogos protestantes e ortodoxos. São Paulo: Paulinas, 1979. Série Os grandes teólogos do século vinte, vol. 2.

OLSON, Roger. *História da teologia cristã*: 2000 anos de tradição e reformas. São Paulo: Vida, 2001.

SCHMITT, Charles P. *Raiz em uma terra seca*: uma nova visão da história da Igreja. Belo Horizonte: Atos, 2003.

TILLICH, Paul. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos 19 e 20*. São Paulo: ASTE, 1986.